

Cotas raciais em cartas de leitores da revista *Caros Amigos*: uma perspectiva dialógica / *Racial quotas in letters from readers of the “Caros Amigos” magazine: a dialogic perspective*

*Irene de Lima Freitas**

RESUMO

Neste artigo pretendemos demonstrar alguns resultados obtidos em nossa tese de doutorado defendida no segundo semestre de 2011. Na pesquisa, analisamos textos da mídia impressa inseridos em uma cadeia discursiva de conflitos e embates que polemizam o sistema de cotas no Brasil. Nosso objetivo é analisar a forma como são engendradas as interações dialógicas entre os participantes do evento discursivo: como o autor dialoga com o objeto do discurso e com o destinatário, tomando por base a teoria dialógica do discurso, de Bakhtin e o Círculo. Os resultados evidenciam que o posicionamento assumido pelos interlocutores é construído a partir do valor que o outro atribui à sua construção; o embate entre os interlocutores é constitutivo dos enunciados; e a análise dialógica de enunciados da mídia contribui para uma melhor compreensão da natureza social do discurso e dos temas relevantes para a sociedade, no caso das cotas.

PALAVRAS-CHAVE: Dialogismo; Discurso jornalístico; Cotas; Interação verbal

ABSTRACT

In this article we intend to demonstrate some results obtained in our dissertation, which was presented in the second semester of 2011. In the research, we analyzed texts from printed media inserted in a discursive chain of conflicts and clashes, a real platform for polemic concerning the system of quotas in Brazil. Our purpose is to analyze the way in which the dialogic interactions are generated among the participants of the discursive event: how the author dialogues with the object of discourse and with the addressee, having as the basis for our work the Bakhtin Circle's dialogical theory of discourse. The results highlight the fact that the positioning assumed by the interlocutors is built from the value attributed to its construction by the other; the clash among the interlocutors is constitutive of the utterances; and the dialogic analysis of the media utterances contributes to a better understanding of the social nature of discourse and of the themes which are relevant to society, in this case, the quotas.

KEYWORDS: *Dialogism; Journalistic Discourse; Quotas; Verbal Interaction*

*Professor da Universidade de Uberaba - UNIUBE, Uberaba, Minas Gerais, Brasil; CAPES; irene.limafreitas@gmail.com

Considerações iniciais

Este artigo é resultado parcial de nossa tese de doutorado¹, cujo objetivo foi discutir como se dá, na mídia impressa, a construção do discurso sobre o sistema de cotas no Brasil e como ele se insere no debate sobre a exclusão/inclusão dos negros na sociedade brasileira.

A partir da promulgação da Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001, em que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro instituiu cotas de até 40% para as populações negras e pardas no acesso à universidade, a questão das chamadas *políticas afirmativas* assumiu importância na sociedade brasileira e ganhou destaque nos órgãos de imprensa, fazendo pulular artigos, reportagens e entrevistas sobre o novo sistema étnico de ingresso. O tom apreciativo dado a essas matérias incitou embates conflituosos e motivou leitores a enviarem cartas aos jornais e às revistas, tecendo manifestações de diferentes natureza de ordem discursiva.

Dentre os órgãos de comunicação impressa, a revista de cultura *Caros Amigos* ocupou-se do assunto, sistematicamente, em uma série polêmica veiculada nos meses de junho a novembro de 2002 – período de efervescência do embate discursivo da exclusão, tendo como pano de fundo o tema das cotas.

Neste artigo, selecionamos seis textos – seis cartas de leitores - que compõem a série polêmica da revista -, a fim de demonstrar de que maneira se dá a construção dos discursos sobre as cotas nos processos linguísticos, enunciativos e discursivos ali instaurados².

¹ *A construção discursiva do sistema de cotas na revista “Caros Amigos”* (FREITAS, 2011), financiada pela CAPES e defendida em agosto de 2011, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC SP, sob a orientação da Professora Doutora Beth Brait.

² A fim de nos centrarmos no objetivo proposto, optamos por não discutir, de forma direta, neste artigo, a questão racial no Brasil e as bases sócio-históricas do sistema de cotas que se insere na chamada *política de ações afirmativas*; nem mencionar, de forma explícita, as reflexões extraídas dos diferentes discursos de textos jornalísticos, artigos acadêmicos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado, lidos durante o desenvolvimento da pesquisa que deu origem a este artigo. Maiores informações, a esse respeito, podem ser encontradas nos capítulos iniciais de nossa tese de doutorado (FREITAS, 2011). Da mesma forma, como a análise que nos propusemos realizar centra-se em textos veiculados no ano de 2002, período pós-aprovação da Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001, em que as primeiras universidades públicas passaram a adotar o sistema de cotas, não discutimos aqui a recente Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a reserva de vagas em instituições federais de ensino.

A perspectiva teórica e metodológica de base é a teoria/análise dialógica do discurso³ - conforme depreendida dos trabalhos de M. Bakhtin e o Círculo - que considera a interação como o princípio fundador da linguagem, que se articula em contextos históricos, sociais e culturais específicos.

Consideramos, a partir da análise, que a questão do sistema de cotas na mídia - de forma especial na revista *Caros Amigos* - é entretida por uma pluralidade de vozes sociais, históricas, culturais de fontes distintas do enunciador ou de instâncias diferentes, que se entrecruzam no fio do discurso em interações tensas e conflitantes. Esse embate, além de refletir e refratar a polêmica da identidade brasileira, possibilita reflexões de como se dá a formação dos discursos e da opinião dos interlocutores a respeito da inclusão/exclusão do negro na sociedade brasileira e, portanto, deixam entrever posicionamentos socioideológicos.

1 Teoria dialógica do discurso

A teoria dialógica do discurso - Bakhtin e o Círculo - defende que a essência verdadeira da linguagem é o acontecimento social de *interação verbal* que se concretiza em um ou mais enunciados e leva em conta o *dialogismo* - na extensão plena desse termo - como a realidade fundamental da linguagem, constitutivo de toda atividade humana e do sujeito:

as relações dialógicas - fenômeno bem mais amplo do que as simples relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são um fenômeno quase universal que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana [...] (BAKHTIN, 2002a, p.42).

Para Bakhtin, toda a vida da linguagem, seja qual for a sua esfera de utilização (a jornalística, a cotidiana, a prática, a científica, a jurídica, a artística, etc.), está impregnada de *relações dialógicas*. Assim, cada texto que ora analisamos – as cartas de leitores - é considerado como um tecido de “muitas vozes” ou de muitos textos ou discursos que se entrecruzam, se complementam, respondem uns aos outros ou polemizam entre si.

³ Cf. BRAIT, 2012, p.9-31.

Brait explica que “o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o *eu* e o *outro* nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, se instauram e são instaurados por esses discursos” (BRAIT, 2005a, p.95). Essa autora esclarece que o *dialogismo* é um elemento constitutivo da linguagem, um princípio que rege a produção e a compreensão dos sentidos, em uma fronteira em que eu/outro se interdefinem, se interpenetram, sem se fundirem ou se confundirem. Considera que a reflexão bakhtiniana sobre a linguagem - fundada na *relação* - contribui para uma melhor compreensão da forma de ser da linguagem que, “sendo social, histórica, cultural, deixa entrever singularidades, particularidades, sempre afetadas, alteradas, impregnadas pelas relações que as constituem” (2005b, p.80).

Da interação dos interlocutores envolvidos em produções discursivas advêm explicações do Círculo a respeito da forma como o enunciado - *elo na cadeia da comunicação discursiva* - é operacionalizado no grande diálogo social. Ou seja, a primeira peculiaridade fundamental, constitutiva do enunciado, é o fato de ele *dirigir-se*, estar voltado para um destinatário:

*A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da natureza desse interlocutor [...] O mundo interior e as reflexões de cada indivíduo têm um *auditório social* próprio, bem determinado, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV⁴, 1995, p.112); itálicos no original).*

Nesse sentido, o enunciado tem sempre um *autor* e um *destinatário* – “de variados graus de proximidade, de concretude, de compreensibilidade; de índole variada - cuja compreensão responsiva o autor da obra de discurso procura e antecipa” (BAKHTIN, 2003c, p.333).

No caso das cartas analisadas, o autor é um leitor que escreve à revista retomando o discurso - de algum artigo ou mesmo de outra carta - publicados anteriormente para, a partir dele, assumir um posicionamento diante do objeto do discurso.

O destinatário, segundo a perspectiva do Círculo, pode ser considerado em diferentes dimensões: *destinatário concreto* - o parceiro e interlocutor direto do diálogo;

⁴Ao citarmos a obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, optamos por colocar acento no nome Volochínov, por motivo de assim o encontrar na sétima edição brasileira, de 1995, feita com base na tradução francesa do original russo, conforme mencionado nas referências bibliográficas.

um “segundo” destinatário suposto, que se instala a partir da circulação do enunciado - *destinatário presumido* (não necessariamente presumido pelo autor). E, além desse destinatário “segundo”, o autor do enunciado propõe, com maior ou menor consciência, um *supradestinatário* – “o terceiro”. É um destinatário “como escapatória” que, em diferentes épocas, sob diferentes concepções de mundo, de acordo com as circunstâncias, assume determinada feição ideológica concreta, isto é, assume uma identidade real: a história, o povo, a consciência, a verdade, Deus, a Ciência. (BAKHTIN, 2003c, p.333).

Além disso, de acordo com a teoria dialógica do discurso, toda compreensão da fala ativa, do enunciado vivo, é de natureza *ativamente responsiva*: gera obrigatoriamente uma resposta – o ouvinte se torna falante. Esse processo pode ser assim explicado: o leitor da revista, ao perceber e compreender o significado linguístico do discurso, passa a ocupar simultaneamente uma *ativa posição responsiva*: concorda, discorda dele total ou parcialmente, completa-o, prepara-se para usá-lo. Torna-se falante: dirige-se ao enunciador por meio da carta.

Em outras palavras, ao adentrar a cadeia da comunicação discursiva, o autor da carta lança mão de discursos alheios, já marcados por *apreciações/entonações*, para com eles compor o seu próprio discurso e assumir uma *posição valorativa* diante da posição do outro. Isso não significa que o falante apenas lança mão das formas linguísticas empregadas pelo outro, mas sim que estabelece relações dialógicas com o discurso do outro – assimilando-o, reelaborando-o e reacentuando-o de acordo com sua visão de mundo, seus juízos de valor e suas emoções.

2 Interação verbal em cartas de leitores

As seis cartas - da série polêmica de *Caros Amigos* - são unidades verbais produtoras de sentido, pertencentes à esfera jornalística e ao gênero carta - mais especificamente carta-opinião - e têm características de discurso dialogal. Ou seja, de modo geral, os autores tomam o discurso do outro para com ele dialogar de forma a emitir apreciações, interpretações, matizando-o com suas entonações expressivas, seu humor, sua ironia, sua adesão ou sua denegação.

A primeira carta foi escrita por um casal de local não identificado: ele, estudante de Direito, e ela, farmacêutica. Eles assim se manifestam:

Ao ler o excelente artigo de César Benjamim, na edição passada de Caros Amigos, intitulado "Caminhos Tortuosos", que discorria sobre a ideia de criar cotas para garantir a presença de *negros* nos setores públicos, *me* deu uma sensação de impotência intelectual, pois *sou* da *raça negra* e *tenho* certeza de que, se *tivesse* a oportunidade de estudar em boas escolas, não *precisaria* de cotas para passar em concursos.

Conversando sobre o assunto com um grupo de amigos (de várias "cores"), *chegamos* ao início da história do Brasil, quando a separação entre a classe dominante e a *classe escrava* se dava pela cor da pele. A mistura começou quando o patrão branco fez o primeiro filho na negra escrava... e quinhentos anos depois a mistura ainda não está completa... Hoje não é mais possível separar quem é patrão ou escravo pela cor da pele. *Somos* todos "misturados". Nossa maior dúvida é: será que essas cotas não vão separar o que em meio milênio ainda não foi possível homogeneizar? Será que não *vamos* formalizar uma forma de *racismo* que poderia desaparecer se a escola pública fosse capaz de formar cidadãos na sua mais perfeita concepção e os colocasse em condições de serem aprovados sem condições especiais? A própria Constituição (artigo 5º) *nos* coloca em igualdade, por que então iniciar a *segregação*? Imagine fazer a inscrição para o concurso com duas filas – uma para *negros* e outra para brancos –, o início da separação. Como seriam vistos os *negros* aprovados nesse concurso? Seriam vistos como verdadeiramente capazes? Seriam marginalizados por terem sido beneficiados com 20 por cento das vagas?

Pensando na infinidade de possíveis combinações dos genes humanos para formar uma cadeia de DNA, qual seria a interpretação da lei para irmãos de sangue, filhos de um casal em que um dos parceiros é *negro* e o outro é branco, que nasceram de "cores" diferentes? O *mais "escurinho"* terá direito a se inscrever entre os 20 por cento e o *mais "clarinho"* não terá? Como ficará a situação dos "pardos"?

Gostaríamos que um jurista ou um deputado ou um senador *nos* iluminasse com o esclarecimento dessas dúvidas. *Esperamos* que essa lei que separa "pessoas" não seja aprovada, para que, no futuro, *nostros* filhos "café com leite" possam viver num país mais tolerante e livre de preconceitos. H.F.O. estudante de direito; M. V. W., farmacêutica. (as aspas são do autor da carta e os itálicos são nossos)

Nessa carta, o autor (o casal) dirige-se a um destinatário real: à revista *Caros Amigos*, e a um destinatário presumido: articulistas, redatores, ilustradores, enfim, a todo o corpo editorial da revista, mais os possíveis leitores e autores de outros textos sobre as cotas. O autor assume um posicionamento compartilhado e solidário com César Benjamim - jornalista, articulista da revista - que se manifestara contrário à adoção do sistema de cotas, em um artigo publicado na edição anterior.

No início do texto, ao manifestar concordância com o ponto de vista desse articulista, o autor da carta, em atitude responsiva, já está se posicionando diante de todos os outros discursos que são favoráveis às cotas e com eles se solidarizando. Ao mesmo tempo, mostra-se contrário a todos os interlocutores que não são favoráveis às cotas. Embora a carta contenha duas assinaturas, a instauração do autor como sujeito enunciativo dá-se no primeiro parágrafo, por meio do pronome “me” e da forma verbal “sou”, marcadores de primeira pessoa “eu”: “[O artigo] *me* deu uma sensação de impotência intelectual, pois *sou* da raça negra e tenho certeza de que, se tivesse a oportunidade de estudar em boas escolas, não precisaria de cotas para passar em concursos”.

Em outros momentos da enunciação, o autor passa a usar a primeira pessoa do plural “nós” - ora inclusivo (inclui a si mesmo e os possíveis leitores), ora exclusivo (inclui-se, mas exclui os leitores). O uso do “nós” dá-se por meio de diferentes marcadores enunciativos, tais como se pode observar na forma verbal “chegamos” e no pronome possessivo de primeira pessoa do plural “nossa”, nos enunciados abaixo:

Conversando sobre o assunto com um grupo de amigos (de várias “cores”), *chegamos* ao início da história do Brasil, quando a separação entre a classe dominante e a *classe escrava* se dava pela cor da pele [...]

Nossa maior dúvida é: será que essas cotas não vão separar o que em meio milênio ainda não foi possível homogeneizar?

Pode-se perceber que, nesses dois enunciados acima mencionados, o “nós” inclui apenas o autor do texto (o casal) e seus amigos - com os quais manteve interação dialógica, antes da escrita da carta -, mas exclui os demais interlocutores.

Em outros enunciados, o “nós” é inclusivo, pois além de o autor se incluir, inclui também os destinatários presumidos: “Será que *vamos* formalizar uma forma de racismo[...]? A própria constituição (artigo 5º) *nos* coloca em igualdade, por que então a segregação?”

Há, ainda, enunciados em que o autor inclui apenas a si próprio - o casal - e exclui os outros possíveis interlocutores:

Gostaríamos que um jurista ou um deputado ou um senador *nos* iluminasse com esclarecimentos dessas dúvidas. *Esperamos* que essa

lei que separa “pessoas” não seja aprovada, para que, no futuro, *nossos* filhos “café com leite” possam viver num país mais tolerante e livre de preconceitos.

Em outro momento, o autor da carta lança mão do *discurso direto retórico* - por meio de uma série de questionamentos - cuja entonação imprime uma *posição valorativa* à palavra do outro, ou seja, sinaliza uma avaliação que se contrapõe a outros valores afirmados nesse contexto enunciativo.

Conversando sobre o assunto das cotas com um grupo de amigos (*de várias “cores”*), *chegamos* ao início da história do Brasil, quando a *separação* entre a classe dominante e a *classe escrava* se dava pela cor da pele. [...]. *Somos todos “misturados”*[...]. A própria *Constituição (artigo 5º)* nos coloca em igualdade, por que então iniciar a segregação? Pensando na infinidade de possíveis combinações dos *genes* humanos para formar uma *cadeia de DNA*, qual seria a interpretação da *lei* para irmãos de sangue, filhos de um casal em que um dos parceiros é *negro* e o outro é branco, que nasceram *de “cores” diferentes*? O *mais “escurinho”* terá direito a se inscrever entre os 20 por cento e o *mais “clarinho”* não terá? Como ficará a situação dos *“pardos”*? [...]. *Gostaríamos* que um *jurista* ou *deputado* ou *senador* nos iluminasse com o esclarecimento dessas dúvidas. Esperamos que essa *lei* que separa “pessoas” não seja aprovada, para que, no futuro, *nossos* filhos “café com leite” possam viver num país mais tolerante e livre de preconceitos.

Quando o autor explicita suas dúvidas, por meio de uma série de perguntas e, em seguida, solicita esclarecimentos, podemos recorrer às explicações de Amorim (2009, p.37) ao dizer que é ela [a dúvida] que confere ainda mais peso a uma assinatura, significando que o autor poderia não reconhecer um determinado pensamento como válido, isto é, poderia duvidar dele. Assim, é ela, a dúvida, que convoca a responsabilidade do sujeito no ato de reconhecimento de um pensamento.

O autor também mantém interação dialógica com discursos que têm lugar na *história e na memória*, ao remontar ao discurso da escravidão; ao recorrer ao argumento autorizado da Lei (Constituição Federal), dos juristas, deputados e senadores (representantes das leis e do poder), e das Ciências (Genética e cadeia de DNA). Nesse caso, dirige-se a um *supradestinatário* - Lei e Ciência - com intenção de obter uma compreensão responsiva absolutamente verdadeira, pressuposta quer em um tempo histórico longínquo, quer em um tempo metafísico distante.

Para se referir aos negros, o autor utiliza escolhas lexicais com *acento apreciativo* de tonalidade modalizada, conforme destacamos na carta transcrita acima: “de várias cores”, “misturados”, “de cores diferentes”, “mais escurinho”, “mais clarinho”, “pardo”, “café com leite”. Essa apreciação nos remete às abordagens do Círculo que enfatizam: “a entonação expressiva que dá cor a cada palavra do enunciado reflete sua singularidade histórica [...]. É claro, a entonação expressiva não é obrigatória, porém, quando ocorre, ela é a expressão mais clara do conceito da avaliação social” (MEDVIÉDEV, 2012, p.185).

A esse respeito, a teoria bakhtiniana considera que só se pode entender um enunciado concreto se se entender a sua *tonalidade avaliativa* no contexto ideológico em que se encontra: “Quando escolhemos as palavras para um enunciado, é como se nos guiássemos pelo *tom*: selecionamos aquelas que, pelo tom, correspondem à expressão do nosso enunciado e rejeitamos as outras” (BAKHTIN, 2003b, p.291). É a relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso (seja qual for esse objeto) que “determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado” (BAKHTIN, 2003b, p.289).

A entonação avaliativa dessas escolhas lexicais - referentes aos negros - deixa entrever a existência de um efeito de sentido eufemístico decorrente do posicionamento assumido nesse contexto enunciativo. Ou seja, ao tentarem amenizar a escolha lexical “negro”, os autores podem estar querendo se valer de uma linguagem politicamente correta tão propagada em nossa sociedade nos dias atuais.

Para o gramático Evanildo Bechara (2006), o eufemismo, antes considerado como uma figura de linguagem constitutiva do discurso em que o falante tem o objetivo de minimizar um sentimento negativo, um fato desagradável da realidade, ou de suavizar uma palavra, um termo, uma frase, um texto, um enunciado, um discurso, na atualidade deixou de mover a culpa de um interlocutor polido para dinamizar estratégia retórica, com o intuito de desviar, mascarar o sentido, principalmente quando usado na mídia ou na política. Desse modo, desvia-se o foco principal de um fato sério e iminente, não como forma de educação, mas para camuflar o sentido de um dado enunciado ou de um evento, com o intuito de ampliar sua interface pública, e de obter resultados positivos por meio da criação e da motivação retórica.

A esse respeito, Fiorin (2006) explica que a adoção de linguagem politicamente correta revela a pretensão de se evitar vocabulários fortemente negativos em relação a grupos sociais discriminados ou desconsiderados, com o intuito de combater o preconceito, alterar a linguagem e, assim, mudar as atitudes discriminatórias. Ressalta, porém, que o cuidado excessivo na busca de eufemismos para designar esses grupos chamados de “minorias” pode revelar a existência de preconceitos arraigados na própria sociedade.

A segunda carta traz o nome e o sobrenome da leitora, além do nome da cidade em que mora. Identifica-se como “mestiça”, estudante de medicina, tal como se pode comprovar a seguir.

Sou estudante de medicina, estudei em escola particular, e diria que sou mestiça. Minha opinião era de que a melhoria das condições sociais e da escola pública iria garantir a igualdade de acesso ao ensino superior, e tinha muito receio de que as cotas pudessem promover a discriminação e incentivá-la dentro da universidade. Após ler o artigo “Ideologia Tortuosa” de Sueli Carneiro na edição de julho de 2002, mudei totalmente a minha concepção sobre o assunto: concordo que os danos à população negra foram tantos e de magnitude tal, que perdurarão por muitos anos. Ainda tenho receio de que haja discriminação dentro da universidade por causa das cotas, mas sabemos que ela já acontece sem cotas. Será que devemos fazer a população negra esperar mais anos e anos por uma igualdade social?
E. G. Recife, PE (os itálicos são nossos).

A autora se instaura como sujeito utilizando a forma verbal de primeira pessoa: “*Sou estudante de medicina, estudei em escola particular, e diria que sou mestiça*”. A forma verbal “diria” - futuro do pretérito - traz uma tonalidade apreciativa de incerteza quanto à sua identidade em se autodeclarar mestiça. Continua utilizando a primeira pessoa ao longo da carta, porém, no final, passa a usar o “nós” inclusivo que aparece duas vezes, quando ela se inclui e também inclui os outros interlocutores – leitores (brancos e negros), autores e a revista:

Ainda tenho receio de que haja discriminação dentro da universidade por causa das cotas, mas sabemos que ela já acontece sem cotas. Será que devemos fazer a população negra esperar mais anos e anos por uma igualdade social?

A leitora assume ter mudado “totalmente” a opinião a respeito das cotas, após ter lido o artigo de Sueli Carneiro (que se manifestara favorável às cotas, em artigo veiculado na edição anterior): “Após ler o artigo ‘Ideologia Tortuosa’ de Sueli Carneiro na edição de julho de 2002, *mudei totalmente* a minha concepção sobre o assunto”.

O advérbio “totalmente” colore a entonação apreciativa da autora que “mudou totalmente a sua opinião sobre o assunto”, o que traz o pressuposto de que, antes da leitura do artigo, era contrária à política de cotas e, depois, passou a ser favorável. A influência recebida e a tomada de posição diante do discurso do outro têm suas explicações nas abordagens de Bakhtin, quando esse autor ressalta que, ao estabelecer relações dialógicas com o discurso do outro, o autor confronta, no mínimo, duas *entonações apreciativas*. O sujeito discursivo se percebe a si próprio em uma coletividade - no mundo, na humanidade, na nação, na sociedade, na família - e necessita do olhar do outro para se completar (BAKHTIN, 2003a).

Além disso, a carta faz ressoar já-ditos da memória coletiva, uma vez que se volta para questões do passado histórico tais como a segregação racial – escravidão - e a luta pela igualdade (Direitos Civis e Humanos), como se pode observar nos enunciados:

Concordo que os *danos à população negra* foram tantos e de magnitude tal, que *perdurarão por muitos anos*.

Ainda tenho receio de que haja *discriminação* dentro da universidade por causa das cotas,

Será que *devemos fazer a população negra esperar mais anos e anos por uma igualdade social?*

A pergunta desse último enunciado, dirigida provavelmente a um supradestinatário, é marca de bivocalidade, pois a autora problematiza, de forma velada, a afirmação do outro que é favorável às cotas.

A terceira carta traz a assinatura e o nome da cidade de origem da leitora que se identifica como “pobre e negra” e assume um posicionamento solidário ao do articulista César Benjamim – contrário à lei das cotas.

Sobre a questão da política das cotas para os *negros, junto-me a César Benjamin numa posição ardentemente contra*. Apenas *gostaria* de sublinhar que *sou pobre e negra* e as *minhas* dificuldades são as mesmas do branco pobre. É preciso lutar por escolas públicas de

qualidade e não aprovar políticas que tendem a intensificar o racismo no Brasil. J. S. - Feira de Santana, BA (grifos nossos).

Com a forma verbal “junto-me” [a César Benjamim], a autora se instaura como sujeito e em todo o restante da carta usa a primeira pessoa. A entonação avaliativa dada a seu posicionamento está expressa no advérbio “ardentemente”, usado para intensificar o adjetivo “contra”: “[...] *junto-me* a César Benjamin numa posição *ardentemente contra*”. Essa leitora considera que a questão da exclusão social não é um problema a ser resolvido pelo critério da “cor da pele”, mas sim pelo critério socioeconômico, conforme se pode depreender da leitura da carta.

A quarta carta, além da assinatura e do nome da cidade em que mora, traz a identificação da profissão do autor:

Como professor que exerce a função de diretor em uma escola municipal em zona rural, nas proximidades da cidade de Correntina, Bahia, posso perceber no dia-a-dia a tamanha injustiça que se faz para com os negros deste país. Somos a continuidade de uma raça que, ao longo dos séculos, foi obrigada a servir, a sorrir e concordar, sem reaver nada, absolutamente nada em compensação. Agora não queremos somente o convívio social amigável, sem preconceito. O passado nos outorga crédito maior. Para fins de resgate de dívida, o negro deveria ter não apenas uma adoção de cotas, mas um privilégio maior em todos os direitos sociais existentes no país, para que assim a classe branca, dominante, com seus admiradores, comece a pagar a dívida eterna que contraiu com o negro. P. R. R. S. - Correntina, BA (grifos nossos)

A identificação da profissão do autor “Como professor que exerce a função de diretor em uma escola municipal em zona rural” dá um tom de autoridade ao enunciado. No início, o autor da carta utiliza a terceira pessoa – que Benveniste (1995, p.225; 1965/1989) considera como a *não-pessoa*. Em seguida, instaura-se como sujeito, usando a forma verbal de primeira pessoa do singular “posso”:

Como professor que exerce a função de diretor em uma escola municipal em zona rural, nas proximidades da cidade de Correntina, Bahia, posso perceber no dia-a-dia a tamanha injustiça que se faz para com os negros deste país.

Depois, assume a primeira pessoa do plural valendo-se do “nós” exclusivo, uma vez que inclui apenas a si próprio e os outros negros, mas exclui os interlocutores que não são negros:

Somos a continuidade de uma raça que, ao longo dos séculos, foi obrigada a servir, a sorrir e concordar, sem reaver nada, absolutamente nada em compensação. Agora não queremos somente o convívio social amigável, sem preconceito.

E, no final, usa novamente a terceira pessoa, ou seja, a *não-pessoa* benvenistiniana:

Para fins de resgate de dívida, o negro deveria ter não apenas uma adoção de cotas, mas um privilégio maior; a classe branca, dominante, com seus admiradores, comece a pagar a dívida eterna que contraiu com o negro.

O colorido polêmico das escolhas lexicais dessa carta revela uma interação dialógica construída sob grande tensão de vozes sociais, tais como: a opressão da classe escrava - “ao longo dos séculos, foi obrigada a servir, a sorrir e concordar”-; a moral ressentida - “sem reaver nada, absolutamente nada”-; a dívida social para com a ancestralidade - “o passado nos outorga crédito maior”, “para fins de resgate de dívida”, “comece a pagar a dívida eterna que contraiu com o negro”; o reconhecimento - “nos outorga crédito maior”, “não apenas uma adoção de cotas, mas um privilégio maior”. São escolhas lexicais que remontam o discurso ancestral da exclusão do negro na sociedade brasileira.

A quinta carta traz a assinatura do leitor e seu endereço eletrônico. A instauração do autor como sujeito discursivo dá-se logo no início do texto, com o uso da forma verbal de primeira pessoa do singular “perdoe-me”, e mantém-se nesse lugar até o final. A carta tem como destinatário concreto o autor da segunda carta, que se identificou como professor/diretor de escola pública municipal da zona rural:

Perdoe-me o leitor Paulo Roberto, mas dizer “a classe branca dominante... comece a pagar...”. Concordo que a história do negro no Brasil é repugnante, contudo, justiça social significa equidade sem privilégio de ninguém. Como ficam caras como eu, que tenho a pele branca, nasci no interior, estudei em escola pública, fiz um curso profissionalizante noturno, trabalho desde os 11 anos e hoje acordo às

5 da manhã, ando mais trinta minutos a pé para economizar *grana*, chego meia-noite, *ralando* para entrar na faculdade? Também *quero* privilégios por ter nascido pobre! Somente a igualdade pode *reverter este quadro de caos*. G. B. C., quimerabrasil@aol.com (os itálicos são nossos e as aspas do autor)

O que se percebe nessa carta é que o autor integra as palavras do discurso de outrem, colocando-as inicialmente entre aspas para, a partir daí, manifestar seu posicionamento e articular suas entonações avaliativas, acomodando-as à sua entonação, ao seu humor, à sua ironia, à sua rejeição, valendo-se de diferentes recursos discursivos.

Mesmo citando o discurso do outro entre aspas - na forma de discurso direto - e utilizando o verbo dizer - que a princípio poderia parecer neutro -, a entonação dada ao enunciado evidencia que o autor pretende refutar o discurso alheio. Isso se dá, desde o início da enunciação, com o emprego da forma verbal “perdoe-me” (entonação apreciativa de modalização e de ironia), e com a escolha do fragmento citado, além da contextualização. Tal processo torna-se mais evidente diante do sentido de oposição estabelecido por meio do operador argumentativo “mas”: *Perdoe-me* o leitor Paulo Roberto, *mas dizer* “a classe branca dominante... comece a pagar...”.

Ainda para replicar o discurso alheio e manifestar seu posicionamento de indignação, o autor vale-se de outras estratégias argumentativas como a interrogação e a exclamação, quando retoma o discurso do outro e o submete, de forma implícita, a uma comparação. O outro se diz negro; professor/diretor de escola pública; trabalha na zona rural/local próximo a uma cidade do interior; sente-se inserido na “continuidade de uma raça que, ao longo dos séculos,” muito sofreu “sem reaver nada, absolutamente nada em compensação”; reclama um privilégio maior – não só as cotas – “em todos os direitos sociais existentes no país”, e que “o branco comece a pagar a dívida eterna que contraiu com o negro”. O autor se identifica como branco; estudante (“ralando” para entrar na faculdade); nascido no interior; foi aluno de escola pública/curso noturno; trabalha desde a idade de 11 ano, acorda às 5h, anda mais de trinta minutos a pé (para economizar “grana”), chega em casa à meia noite. Considera que “justiça social significa equidade, sem privilégios a ninguém”. Mas [diante do discurso do outro] reivindica privilégio “por ter nascido pobre!”

O autor faz escolhas lexicais características de um determinado grupo social, tais como “caras”, “grana”, “ralando” (que são gírias referentes a pessoa/indivíduo;

dinheiro/posse; trabalho/labor/lida) e, ao mesmo tempo, usa expressões da norma culta elaborada: “perdoe-me” (pronomes enclíticos); “repugnante”, “justiça social significa equidade”, “reverter esse quadro de caos”, conforme se pode constatar nos itálicos da carta transcrita anteriormente.

Essa movimentação enunciativa configura-se, de certa forma, como um plurilinguismo dialogizado social (BAKHTIN, 2002b), ou seja, uma língua do dia, da época, de um grupo social, de uma geração, de um gênero, de uma tendência, que na enunciação pode ser entendida como unidade contraditória e tensa de duas tendências opostas de vida verbal. Em outras palavras, essa oscilação entre as tonalidades dialógicas – ora aparente objetividade e formalidade, ora subjetividade e informalidade – corrobora o direcionamento do discurso à entonação avaliativa do autor, à sua ironia.

A esse respeito, vale ressaltar, aqui, as palavras de Brait (1996) quando explica que seja qual for a dimensão da ironia, desencadeia-se um jogo entre o que o enunciado diz e o que a enunciação faz dizer, com objetivos de desmascarar ou subverter valores, e que esse processo conta com o envolvimento do leitor, ouvinte ou espectador. Explica, ainda, que para haver ironia um enunciador - ao produzir um enunciado - deve chamar a atenção não só para o que está sendo dito, mas também para a forma como está sendo dito, além de um olhar atento para as contradições existentes entre as duas dimensões, já que a ironia é uma citação, ou seja, “o ironista convoca em seu enunciado outros discursos [...] com o qual ele não compartilha” (1996, p.106).

A sexta e última carta da série traz a assinatura do leitor e seu endereço eletrônico. No início do texto, o autor se instaura como sujeito discursivo empregando a forma verbal de primeira pessoa do singular “sou”. Depois, usa o “nós” inclusivo com o qual se inclui, inclui todos os outros interlocutores e os habitantes do país.

Sou negro, formado em administração pública, por uma universidade federal, com mestrado em ciência política. Sei o que sofri para chegar até aqui. Portanto, sei muito bem que somente através de uma política de ação afirmativa poderemos diminuir a diferença entre brancos e negros (pretos e pardos) que existe neste país. Diversas pesquisas, inclusive da Unesco, colocam que a diferença de renda não pode ser explicada apenas pela diferença de escolaridade: mesmo com níveis de escolaridade iguais, os brancos ganham mais que os negros. C. A. S. G. eppaula@uol.com.br (os grifos são nossos).

Apresentando-se como graduado em Administração Pública e pós-graduado em Ciências Políticas, por uma universidade federal, o autor dá ao discurso uma entonação de autoridade. Essa autoridade é reforçada pela oração conclusiva introduzida pelo conector “portanto”, acompanhado do verbo saber e de advérbios intensificadores: “*Portanto, sei muito bem que somente através de uma política de ação afirmativa poderemos diminuir a diferença entre brancos e negros (pretos e pardos) que existe neste país*”.

Essa posição valorativa confere ao discurso uma tonalidade de decisão, de “última palavra”. De forma semelhante aos outros leitores, o autor dessa carta dirige-se a um supradestinatário – “pesquisas”, “UNESCO” - convocando a autoridade como um “poder decisório”. O enunciado torna-se mais acentuado com a presença da negação antecedendo à locução verbal em “não pode ser”: “*Diversas pesquisas, inclusive da UNESCO, colocam que a diferença de renda não pode ser explicada apenas pela diferença de escolaridade [...]*”.

A carta traz ainda uma entonação apreciativa de moral ressentida: “*Sei o que sofri para chegar até aqui*”, e de não-reconhecimento: “[...] mesmo com níveis de escolaridade iguais, *os brancos ganham mais que os negros*”, o que retrata o discurso da ancestral exclusão do negro na sociedade brasileira.

Todas essas cartas levam à reflexão de que, segundo a teoria do Círculo, para compreender a evolução histórica do tema e das significações, é indispensável levar em conta a *apreciação social* pois, na enunciação viva, cada elemento contém, ao mesmo tempo, um *sentido* e uma *apreciação*. Uma nova significação se descobre na antiga e por meio da antiga, porém com a finalidade de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la. Pode-se dizer, então, que “a mudança de significação é sempre uma *reavaliação* - o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1995, p.13; itálico no original).

No contexto desses discursos sobre as cotas, podemos citar os embates criados em torno das noções de *raça*, *mestiçagem*, *inclusão*, *segregação* e a luta das apreciações em torno do conceito de *discriminação* que, ao ser utilizado com apreciação de falantes favoráveis à política de cotas, é tomado em uma significação diversa daquela considerada por falantes contrários ao sistema de cotas. Para os primeiros - favoráveis - o significado de “discriminação” é o de “reconhecimento” (discriminar para

oportunizar, compensar, reparar, incluir); já para os segundos - contrários - o significado de “discriminação” é o de “segregação” (discriminar é separar, segregar, perpetuar e ressaltar diferenças).

Considerações finais

Este artigo teve por objeto a questão do sistema de cotas na mídia impressa - revista *Caros Amigos* – tentando evidenciar que a construção do discurso sobre essa política afirmativa é entretecida por vozes que se articulam em interações discursivas tensas e conflitantes, o que, além de refletir e refratar a polêmica da identidade brasileira, possibilita reflexões de como se dá a formação dos discursos e da opinião dos interlocutores a respeito da inclusão/exclusão do negro na sociedade brasileira.

Tentamos ampliar o foco sobre a importância da ação da mídia nas práticas discursivas, procurando identificar a maneira como as vozes se manifestam para atribuir sentido aos conflitos estabelecidos entre elas. Procuramos evidenciar, também, os principais mecanismos linguísticos, enunciativos e discursivos que são engendrados na construção dos discursos sobre as cotas.

As análises apontam um fenômeno bastante evidente no desenrolar da polêmica, ou seja, o autor parece estar sempre mirando tensamente o discurso do outro para com ele estabelecer relações dialógicas - assimilando-o, reelaborando-o e reacentuando-o, de acordo com sua visão de mundo, seus juízos de valor e suas emoções – e, depois, desferi-lo em direção ao destinatário, tendo em vista sua possível reação.

As análises sugerem, ainda, que a revista *Caros Amigos* coloca em cena vozes advindas de diferentes esferas da comunicação discursiva, fazendo emergir discursos situados em uma temporalidade social, histórica, e cultural: o discurso ancestral da exclusão do negro na sociedade brasileira, os discursos da genética, da antropologia, da sociologia sobre o conceito de raça e de mestiçagem, enfim, sobre a construção da identidade brasileira.

Os resultados também evidenciam que os autores constroem seu posicionamento diante do objeto do discurso, a partir do valor que os interlocutores atribuem à sua construção; a polêmica entre os interlocutores determina a construção dos enunciados; a análise dialógica de enunciados da mídia contribui para uma melhor compreensão da

natureza social do discurso e dos temas relevantes para a sociedade, como no caso das cotas.

Constatamos que uma análise da materialidade linguística, fundamentada na perspectiva dialógica do discurso evidencia, com mais nitidez, o colorido polêmico dos enunciados nas construções sintáticas, nas interrogações em série ou individuais, nas escolhas lexicais (adjetivos, negativas, advérbios, nominalizações), nas formas verbais, nas entonações avaliativas, entre outros.

Além disso, esta pesquisa evidencia que um estudo sobre o sistema de cotas, pautado pela teoria dialógica, permite identificar vozes sociais que perpassam os discursos da mídia, desvelando os sentidos advindos das tensões e dos embates entre os interlocutores. O espaço para discussões de diferentes visões de mundo, diante desse objeto de estudo, contribui para as transformações sociais, pois é no confronto dos valores, das entonações, das visões de mundo que se dá a construção dos sujeitos, dos discursos, das identidades e dos sentidos.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. *Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”*. In: BRAIT, B.(org.). *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009, p.17-43.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V.N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995. [1929]
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a. [1963]
- _____. O discurso no romance. In: *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al., 5ª ed., São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002b, p.71-210. [1975]
- _____. O autor e a personagem na atividade estética. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a, p. 3-90. [1979].
- _____. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003b, p.262-306. [1979]
- _____. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003c, p.307-335 [1979].
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

- BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa do verbo. [1946]. In: *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. Campinas: Pontes, 1995, p. 247-259. [1946]
- _____. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 1989.
- BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- _____. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In BRAIT, B. (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005a, p.87–98.
- _____. Estilo. In: BRAIT, B.(org.) *Bakhtin: conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2005b, p. 79–102.
- _____. Análise e teoria do discurso. In: *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.9-31.
- CAROS AMIGOS. Edições de junho a novembro de 2002.
- FIORIN, J. L. As palavras certas para um mundo melhor. *Discutindo a Língua Portuguesa*. São Paulo, v. 2, p. 16-19, 01, fev. 2006.
- FREITAS, I. L. *A construção discursiva do sistema de cotas na revista “Caros Amigos”*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. LAEL. PUCSP, 2011.
- MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Trad. Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].

Recebido em 05/03/2013

Aprovado em 22/06/2013